

Política

CONSTITUINTE

A maioria esmagadora — cerca de 80% dos constituintes — aprovou ontem o regimento proposto pela Mesa. Em seguida, derrotou novamente o líder do PMDB, Mário Covas. Essa votação será encerrada hoje, com propostas dos pequenos partidos.

O grande acordo deu certo



Centrão comemora mais uma vitória...



...e Covas amarga outra derrota.

Agora, regras mais democráticas.

O novo regimento proposto pela Mesa da Constituinte e aprovado por 80% dos constituintes é o mesmo que poderia ter sido votado na semana passada, se tivesse havido acordo entre as esquerdas e o Centrão, com a diferença que o anterior não mencionava especificamente a questão das 280 assinaturas para a aprovação automática de preferências. Esse foi justamente o detalhe que resultou no impasse, era uma exigência do grupo majoritário do Centrão, e passou a fazer parte novamente do regimento. Portanto, trata-se do regimento proposto pelo Centrão e redigido pelos assessores Henrique Hargreaves, Paulo Afonso de Souza e parlamentares como Bonifácio de Andrade (PDS/MG). A proposta foi aprovada pelo presidente da Constituinte e demais integrantes da Mesa na noite de terça-feira.

De acordo com o antigo regimento, todo o texto aprovado pela Comissão de Sistematização volta agora ao plenário para apreciação.

Os substitutivos e emendas apresentadas terão preferência se tiverem 280 assinaturas, não sendo submetidas a votos de preferência e sua aprovação no mérito não prejudicará as demais emendas, de acordo com a proposta de regimento da Mesa. Exatamente esse dispositivo que o líder do PMDB, Mário Covas, queria retirar, através da

supressão da expressão "automática". Segundo o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), terceiro-secretário, para elaboração do novo regimento, a Mesa acolheu praticamente os princípios das 128 emendas apresentadas pelos diversos grupos da Constituinte, de modo a constituir um projeto que corresponda aos interesses da maioria. O novo substitutivo foi definido pela Mesa como "claro e abrangente, mais amplo e adequado à tramitação da revelante matéria". Nas 72 horas que se seguiram à publicação do parecer do relator poderão ser apresentados requerimentos de destaque limitados ao número máximo de seis para cada constituinte.

O requerimento de preferência para a votação dos destaques que não alcancem as 280 assinaturas deverá ser subscrito no mínimo por 58 constituintes, ser submetido a voto para a preferência, e apresentado até as 18 horas da véspera

da apreciação do título a que diga respeito, havendo preferência de votação para o requerimento que contiver maior número de subscritores. Para a votação de cada título de projeto de Constituição cada líder de partido poderá falar por tempo proporcional à representação da legenda na Constituinte.

Ocorrendo a rejeição de um capítulo e suas respectivas emendas a sessão será suspensa por 48 horas e o relator apresentará texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Constituinte de oferecer texto nas mesmas condições do relator. Nesta hipótese (de ocorrer um "buraco" no texto), haverá prazo de 24 horas para representação de destaques subscritos por 187 constituintes. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o relator fará outro texto para a apreciação em segundo turno no prazo de sete dias.

O plenário da Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem por esmagadora maioria — 434 votos contra 48 — o projeto da Mesa, alterando o seu Regimento Interno, com base principalmente na proposta do Centrão, aprovada na semana passada e agora substituída.

Também por grande maioria — 265 votos a 194 — o Centrão derrotou ontem pedido de destaque do líder peemedebista Mário Covas, que pretendia suprimir a preferência automática de emendas que contem com 280 assinaturas. Foi a segunda derrota de Covas nos últimos dias, pois na votação do projeto do Centrão ele tentou tirar o PMDB do plenário, mas foi desbocado por 131 deputados.

As 22 horas, o deputado Ulysses Guimarães suspendeu a sessão que votava requerimento do líder do PFL, José Lourenço, que sugeriu a votação em bloco das demais emendas ao regimento. A sessão caminhava para o impasse quando os líderes fizeram uma sugestão: votar hoje apenas quatro emendas dos pequenos partidos. A sessão foi marcada para as 14h30.

As 22 horas, o deputado Ulysses Guimarães suspendeu a sessão que votava requerimento do líder do PFL, José Lourenço, que sugeriu a votação em bloco das demais emendas ao regimento. A sessão caminhava para o impasse quando os líderes fizeram uma sugestão: votar hoje apenas quatro emendas dos pequenos partidos. A sessão foi marcada para as 14h30.

O contrário das expectativas que supunham dificuldades até para a formação de quórum, o substitutivo da Mesa diretora da Constituinte, o projeto de resolução nº 21-A, foi aprovado pouco depois das 20 horas, por folgada margem de votos favoráveis: dos 484 votantes, 434 manifestaram-se favoravelmente e apenas 48 contra, com duas abstenções.

Também não houve incidentes em plenário e os protestos limitaram-se a algumas tentativas de protestar a votação, chegando o vice-líder petista José Genoino a pleitear o adiamento das deliberações, sem que ao menos o presidente Ulysses Guimarães se preocupasse com uma resposta, ordenando, ao contrário, o início da chamada nominal, feita pelo deputado Arnaldo Faria de Sá de maneira veloz.

Com a aprovação do substitutivo da Mesa, ficaram prejudicadas todas as matérias que o antecederam, inclusive o substitutivo anterior, do Centrão, que já havia sido votado na semana passada, graças a um pedido de preferência aprovado no mesmo dia. Mas aquele substitutivo só teria sua votação completada depois do exame de todas as emendas e destaques a ele apresentados.

O substitutivo nº 21-A, da Mesa, é resultante do acordo entre a presidência da Constituinte e as forças que subscreveram o projeto da resolução anterior, inclusive e principalmente o Centrão. No seu protesto, o vice-líder José Genoino qualificou a metodologia empregada pela Mesa, de prejudicar, com o novo substitutivo, todas as emendas oferecidas ao projeto de quarta-feira passada, de um casuísmo regimental, além de representar uma violência.

Com muita calma, Ulysses Guimarães explicou ao deputado paulista que essa prática é adotada pelo Legislativo há pelo menos cem anos. E aproveitou para oferecer uma breve lição de processo constitucional a Genoino: trata-se de um substitutivo; e um substitutivo substituir sempre outra matéria.

Preferência
Antes da aprovação do projeto,

o plenário votou o requerimento proposto pelo PT, com o apoio de outros pequenos partidos, para que fosse concedida preferência a um substitutivo do partido, que acabou prejudicado por ter o plenário rejeitado o requerimento de preferência, por esmagadora maioria: 417 votos a 76 (e uma abstenção).

Nas suas duas primeiras horas, a sessão da Constituinte, iniciada às 15h30, foi tranquila. Não registrou discursos mais acalorados, nem manifestações das galerias, que estavam, desta vez, quase vazias, revelando terem sido eficazes as medidas de reforço da segurança adotadas pela Mesa.

A sessão começou morna, com menos de 100 constituintes em plenário. Duvidava-se se que pudesse haver quórum para votação ou número suficiente, da parte do Centrão (mais de 280), para evitar qualquer surpresa.

O "pinga-fogo", tempo destinado às breves comunicações, estendeu-se por uma hora, com vários oradores tratando de assuntos diversos. Desde o 13º salário para os aposentados, cujo adiamento foi condonado por Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), até o reconhecimento de Brasília, pela Unesco, como patrimônio artístico e cultural da Humanidade.

Houve um momento de suspense quando o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ), foi chamado para ocupar a tribuna. Mas seu assunto não era o projeto da sua comissão. Ele queria apenas propor um voto de louvor da Constituinte aos líderes Reagan e Gorbachov, pela assinatura do tratado de eliminação de armas nucleares.

A comunicação das lideranças tomou mais uma hora. Sem maior emoção. Nem mesmo quando Roberto Jefferson, pelo PTB, fez duras críticas às esquerdas, que estavam esperando porque venham desmontado o círculo que armaram na Comissão de Sistematização, pensando que 47 constituintes, escolhidos a dedo, com a ajuda do relator, iam fazer a Constituição para todos".

Amaral Neto (RJ), líder do PDS e um dos coordenadores do Centrão, anunciou que seu bloco aceitava na íntegra o projeto da Mesa. E foi secundado por Nélson Jobim (RS), que, em nome do PMDB, fez elogios à iniciativa da Mesa e disse que seu partido iria aprová-la, mas votando também a favor de emenda a um dos seus dispositivos, para impedir que as emendas subscritas por mais de 280 constituintes tivessem preferência automática. Essa preferência, segundo o PMDB, também tem de ser decidida pelo voto, em plenário.

Os partidos mais radicais, por sua vez, reafirmaram sua posição contrária ao projeto da Mesa.

O senador Mário Covas discursou antes do início da votação de seu pedido de destaque, quando voltou a defender a tese de que uma simples assinatura de apoio a uma proposta não pode ser considerada como voto, que precisa ser efetivamente manifestado. Segundo ele, é preciso discutir cada assunto, "pois se não fosse assim, o PMDB, que chegou aqui com 305 parlamentares, poderia fazer, sozinho, a nova Constituição, em uma semana". Ele mesmo não conseguiu esses votos.

CENTRÃO

A busca do consenso sobre as emendas

O Centrão vai buscar, agora, o consenso entre seus integrantes em torno de emendas ao projeto da futura Constituição e, depois, entre forças doutrinariamente afins, para que disso resulte um documento moderno e dinâmico que reflita as tendências do povo brasileiro.

E o que asseguram seus principais líderes, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Expedito Machado (PMDB-CE), Afif Domingos (PL-SP), Ricardo Flauz (PFL-PE), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Doso Coimbra (PMDB-RJ), insistindo ainda na necessidade do entendimento com o PMDB, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

"Vamos convocar companheiros para uma troca de idéias e eles vão dizer o que o Centrão vai fazer em matéria de emendas", garante Roberto Cardoso Alves. Para o parlamentar paulista daí vai "surgir uma Constituição moderna que propicie ao País poderoso ciclo de desenvolvimento com liberdade, uma vida solidária com as demais nações do mundo, uma justa inte-

gração empresa-trabalhador, mediante a harmonização das relações de trabalho, estimuladora da ação da livre iniciativa como força motriz da produção".

"Assim" — afirma Roberto Cardoso Alves — "sairão ganhando o povo brasileiro, em geral, o trabalhador, em particular, e a democracia e a civilização uma vez que o Brasil será colocado na direção e não em rota de colisão com a história. Queremos que o País seja a ampliação do ABC, do vale do Paraíba e das demais regiões desenvolvidas do território brasileiro, abrigando um proletariado que recebe altos salários, que tenha as vantagens que o fazem paradigm dos demais trabalhadores porque entrosado a poderosas empresas nacionais e internacionais, proletariado que gerou o próprio PT que não existiria se não existisse a indústria automobilística."

"Vamos, agora, preparar emendas relativas a temas. Há muitas sugestões quanto aos dispositivos polêmicos", garante Expe-

dido Machado (PMDB-CE). Segundo ele, "a Constituição não será revolucionária nem retrógrada. Será produzido um texto representativo do perfil da sociedade brasileira, uma Constituição de centro para centro-esquerda". O parlamentar cearense assegura que, no tocante à estabilidade, o texto constitucional não ficará aquém do que está hoje na lei. Serão feitas restrições à demissão imotivada, com o aumento da indenização e com a criação do seguro-desemprego para que fique resguardado o direito do trabalhador ao sustento da família. E assegura: "Será Constituição moderna, não será revolucionária".

"O jogo começa, realmente, agora, com a busca da conciliação no plenário para obtenção de maioria que se formará por assentos", prevê Afif Domingos (PL-SP). Para ele, "os fatos contemporâneos nos ajudam porque, enquanto muitos dos nossos progressistas pregam o fechamento do Brasil ao mundo desenvolvido e insistem em que sejamos parceiros da pobreza do Terceiro Mundo, a

URSS deixa claro que o verdadeiro motivo da viagem de Gorbachov aos Estados Unidos foi atrair capital e tecnologia. Salvaremos o texto da futura Constituição da xenofobia e da visão retrógrada daqueles que insistem em lutar contra a riqueza quando a nossa luta tem de ser contra a miséria".

"Procuraremos todas as correntes para a identificação de soluções consensuais, realistas e modernas. A Constituição refletirá a média do pensamento do povo brasileiro", promete Ricardo Flauz.

Luiz Eduardo Magalhães é da mesma opinião: "Vamos conversar entre nós e com grupos ideológicos afins, para a elaboração de uma Constituição moderna, democrática, que não inviabilize o Brasil".

Doso Coimbra acha que "a Constituição será equilibrada — nem progressista nem retrógrada. Serão preservados avanços sociais, mas a futura Carta Magna não será socializante nem estatizante. Será favorável à livre empresa no capítulo relativo à ordem econômica".

Podem ser apresentadas até duas mil emendas ao Cabral-3. A votação começa 10 de janeiro.

Se aprovado finalmente hoje, o projeto de alteração do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte será publicado e divulgado amanhã, iniciando-se sábado o prazo de sete dias para que os 559 constituintes possam apresentar até quatro emendas individuais ou para a apresentação conjunta de substitutivos, que necessitarão de no mínimo 280 assinaturas.

Cumpindo esse prazo de sete dias — que vai até 18 de dezembro — serão publicadas as emendas, para conhecimento dos constituintes e divulgação por um dia (19). A partir do dia seguinte, 20, passa a ser contado o prazo de cinco dias para que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), possa apresentar parecer sobre as emendas que poderão chegar até 2.236, caso todos os constituintes contribuam com o limite máximo, além dos substitutivos globais.

As emendas individuais dos 559 constituintes — onde basta a assinatura do autor — somente poderão incidir, cada uma, sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do projeto de Constituição, enquanto as emendas de maioria absoluta (mais de 280 assinaturas) poderão ser substitutivos ou emendas substitutivas, aditivas, modificativas ou supressivas a títulos, capítulos, seções e subseções. A votação, no entanto, se dará apenas por capítulos.

Terminado o prazo para que o relator conclua o seu parecer sobre as emendas — as quais julgará uma a uma, dando parecer favorável ou contrário — estas serão republicadas junto ao parecer, para conhecimento dos constituintes. Pelo cronograma, a isso se seguiria a abertura de prazo para que os 559 constituintes pudessem apresentar, cada um, até seis destaques. Ocorre que a partir do dia 23 de

dézembro e até o dia 4 de janeiro haverá um recesso para que os constituintes viajem para os seus Estados de origem para as festas de fim de ano.

Dessa forma, o processo sómente será retomado a partir do dia 5 de janeiro, considerado para a publicação do avulso do parecer do relator sobre as emendas. Abre-se, então, um prazo de 72 horas, entre 6 e 8 de janeiro, para que os constituintes possam apresentar até seis destaques sobre texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do projeto de Constituição, o que daria 3.354 destaques.

Concluído o período de apresentação de destaques, a Mesa mandará publicá-los e ordená-los, para o que necessitará de mais 24 horas (o dia 9 de janeiro), estando todo o material pronto para seguir para o plenário, o que, pelos cálculos feitos com base na data de ontem (como a de aprovação do novo regimento interno), se daria a partir do dia 10 de janeiro, com a primeira das duas votações do projeto de Constituição.

O que ocorrerá a partir do dia em que o projeto for considerado pronto para entrar no plenário da Assembléia Nacional Constituinte ninguém arrisca prever, pelo menos em termos de tempo, pois dependerá do rolo compressor que o Centrão consiga ter ou não sobre a matéria a ser votada. Após a votação em primeiro turno será aberto prazo para apresentação de emendas de redação ou supressivas, mas o mérito não poderá ser mais alterado. A seguir, o projeto aprovado em primeiro turno será submetido à votação global em segundo turno e estará pronto, após uma revisão final da Comissão de Redação (a ser criada) para que uma data seja marcada para a promulgação da futura Constituição.